

CATEGORIAS MARXISTAS E ANÁLISE DO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

GODOY, Paulo ¹

Recebido (Received): 2018-01-12 Aceito (Accepted): 2018-07-22

Resumo

O artigo apresenta considerações acerca do processo de valorização capitalista do espaço a partir de duas categorias que são, na perspectiva da análise aqui empreendida, fundamentais a explicação da relação entre valor e espaço: renda fundiária e capital fixo. O objetivo consiste na exposição da propriedade capitalista da terra, da divisão social do trabalho e das formas de concentração e centralização do capital como sendo as determinações sociais gerais que historicamente produzem as condições materiais de valorização capitalista do espaço. O modo específico de circulação do capital fixo como qualificativo do espaço, mediante as funções de incorporação de valor ao solo e sua expressão abstrata na forma de juros, é analisado no âmbito das práticas capitalistas de apropriação diferencial do espaço-mercadoria no ciclo de rotação do capital monetário. O artigo está organizado em duas seções: a primeira trata da condição concreta de realização das sucessivas separações entre o produtor direto e os meios de produção: a propriedade capitalista da terra. A renda fundiária, como fração da mais-valia, e sua vinculação com o sistema de crédito, mediante as formas de extração de juros, constituem os elementos iniciais para a análise da transformação do espaço em mercadoria. A segunda seção consiste na análise específica sobre a peculiaridade das formas de circulação do capital fixo como qualificativo do processo de valorização capitalista do espaço através da conexão entre renda fundiária, juro e sistema de crédito, e capital monetário.

Palavras-chave: Valorização do espaço. Renda fundiária. Capital fixo.

MARXIST CATEGORIES AND ANALYSIS OF THE SPACE CAPITALIST VALORIZATION PROCESS

Abstract

The article presents considerations about the process of capitalist valorization of space from two categories that are, in the perspective of the analysis undertaken here, fundamentals to the explanation of the relationship among value and space: land rent and fixed capital. The objective is to expose the capitalist property of the land, the social division of labor and the concentration and centralization of capital as being the general social determinations which historically produce the forms of capitalist valorization of space. The specific mode of circulation of fixed capital as a qualifier of space, through the functions of incorporating value to the soil and its abstract expression in the form of interests, is analyzed in the field of capitalist practices of differential appropriation of space-commodity in the turnover of the monetary capital. The article is organized in two sections: the first one deals with the concrete realizations conditions of successive separations between direct producer and means of production: the capitalist property of the land. Agricultural income, as a fraction of goodwill, and its link with the credit system, through the interests rates, constitute the initial elements for the analysis of the transformation of the space into commodity. The second section consists of specific analysis in the peculiar ways of circulation of fixed capital as a qualification of the process of capitalist valorization of space through the connection amongst agrarian income, interest rates and credit system, and monetary capital.

Keywords: Valorization of space. Land rent. Fixed capital.

CATEGORÍAS MARXISTAS Y ANÁLISIS DEL PROCESO DE VALORACIÓN CAPITALISTA DEL ESPACIO

Resumen

Este artículo presenta consideraciones acerca del proceso de valorización capitalista del espacio a partir de dos categorías que, en la perspectiva del análisis emprendido son fundamentales para explicar la relación entre valor y espacio: renta de tierras y capital fijo. Su objetivo consiste en la exposición de la propiedad capitalista de la tierra, de la división social del trabajo y de las formas de concentración y centralización del capital como las

¹ Professor Dr. na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Rio Claro. E-mail: prtg@rc.unesp.br

determinantes sociais generales que históricamente producen las condiciones materiales de valorización capitalista del espacio. El modo específico de circulación del capital fijo como calificativo del espacio, a través de las funciones de incorporación de valor al suelo y su expresión abstracta en la forma de intereses, es analizado en el ámbito de las prácticas capitalistas de apropiación diferencial del espacio-mercancía en el ciclo de rotación del capital monetario. El artículo se organiza en dos secciones: la primera aborda la condición concreta de realización de las sucesivas separaciones entre el productor directo y los medios de producción: la propiedad capitalista de la tierra. La renta agraria, como fracción de la plusvalía y su vinculación con el sistema de crédito, mediante las formas de extracción de intereses, constituyen los elementos iniciales para el análisis de la transformación del espacio en mercancía. La segunda sección consiste en el análisis específico sobre la peculiaridad de las formas de circulación del capital fijo como calificativo del proceso de valorización capitalista del espacio a través de la conexión entre renta agraria; interés y sistema de crédito; y capital monetario.

Palabras clave: Valorización del espacio. Renta de tierras. Capital fijo

1 Introdução: a propriedade capitalista da terra e valorização do espaço

A concepção teórica em torno das questões relativas ao processo social e histórico de produção e valorização capitalista do espaço está assentada, basicamente, na interpretação marxista da relação sociedade e espaço, a partir da categoria trabalho, e que foi proposta pelos geógrafos Antonio Carlos Robert de Moraes e Wanderley Messias da Costa nos idos dos anos de 1980. As fontes em que se basearam, além de Marx, estão as principais obras de Lênin, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Trótsky, Gramsci, Lukács, Althusser, Poulantzas, H. Lefebvre, assim como, as obras de M. Castels, J. Lojikine e A. Lipietz. O objetivo mais geral que orientou os estudos desses autores visava a construção de uma teoria marxista da geografia que pudesse trazer para o centro da análise das relações sociedade e espaço a questão do valor e das formas de valorização do espaço-mercadoria. Assim, o texto adiante possui, naturalmente, seu ponto de partida na proposta de Moraes e Costa, mas a fonte principal da nossa análise está baseada, principalmente, nos escritos de Marx.

A exposição dos argumentos que seguem adiante, parte da seguinte premissa: a força de trabalho socialmente orientada para a valorização do valor consiste em um processo de construção histórica de um modo de produção determinado pelos imperativos da acumulação de capital e das formas de valorização do valor. Nesse sentido, a produção de mercadorias deve-se, antes, à produção de indivíduos expropriados de todo e qualquer meio objetivo de existência e que possua, como único bem, a sua própria força de trabalho. Assim, o trabalhador existe para o mercado e para a sociedade somente na condição de proprietário de uma peculiar mercadoria. A existência social do indivíduo só adquire significado na condição de possuidora e produtora de valor de uso e de valor.

O processo histórico de separação do produtor direto das condições de produção foi estudado por Marx no conhecido capítulo sobre a acumulação primitiva do capital. As notas já

presentes nos *Cadernos de Paris* e *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844 e nos *Grundrisse* sobre a propriedade privada e trabalho alienado evidenciam a sua preocupação com a essência alienada do trabalho operada tanto pelo dinheiro, quanto pela propriedade privada. No Livro I de *O Capital*, sobre a *Teoria Moderna da Colonização*, Marx mostra que propriedade privada dos meios de produção “constitui a base do modo de produção capitalista” (Marx, 2013, p. 838), pois se manifesta como pressuposto seminal do trabalho assalariado é, portanto, na condição social concreta de geração de mais-valia e, conseqüentemente, de capital. Com a universalização da propriedade privada capitalista e do dinheiro como equivalente geral de troca (“mediador externo”), estabelecem-se as determinações “ontonegativas do valor” (Cotrim, 2011) e as formas sociais de alienação do homem.

Em *Cadernos de Paris*, Marx escreve que,

[...]a existência da propriedade privada como tal, portanto, tornou-se um substituto, um equivalente. Em lugar da sua unidade imediata consigo mesma, ela existe somente como uma relação a qualquer outra. Como equivalente, a sua existência não é mais a sua própria particularidade. Ela se converteu, pois, em valor, e diretamente em valor de troca. Sua existência como valor é uma determinação diferente da sua existência imediata, é exterior à sua natureza específica; é uma determinação alienada de si mesma, uma existência relativa da sua natureza (2015, p. 211-212).

O dinheiro, nesse sentido, como “essência alienada da propriedade privada” torna-se a condição de existência do valor por ser uma relação abstrata da propriedade privada consigo mesma: o deus onipotente que a tudo devora. Como mercadoria, já convertida em equivalente, a sua existência particular é subsumida pela universalidade do valor de troca, isto é, como meio de circulação. A contradição que se estabelece entre a existência particular da mercadoria, a sua “diversidade natural”, decorre da própria lógica do valor e da necessidade de realização da mais-valia contida na mercadoria que ocorre somente mediante a troca. Em outras palavras, o vivo deve reanimar o morto; o concreto deve tornar-se abstrato e o particular somente adquire estatuto social quando transformado em universal, em valor de troca. Daí a mercadoria ser a síntese de múltiplas determinações.

A propriedade privada da terra e os sucessivos processos de separação que caracterizam a sociedade produtora de mercadorias, ou melhor, de mais-valia, não somente constituem as determinações gerais das relações capital-trabalho, mas, igualmente, as condições para a apropriação de uma parcela da mais-valia, gerada pelo trabalho produtivo, através da renda fundiária. Marx analisa a questão da renda fundiária a partir de Smith e Ricardo com o objetivo de mostrar que embora a terra não possua valor, pois não consiste em produto do trabalho humano, possui preço. Nesse sentido, a existência da propriedade capitalista da terra, isto é, a

propriedade de uma parcela da superfície terrestre, habilita o seu proprietário a uma *renda monopólio*, realizar a apropriação de uma fração do trabalho não pago produzido socialmente.

A análise empreendida por Marx acerca da gênese do capital e da propriedade privada, já prevista nos *Grundrisse* e nos planos iniciais de *O Capital*, apresenta-se como ponto de partida para a compreensão do movimento geral do capital, sem o qual não haveria a possibilidade de interpretação de suas particularidades. O ponto de partida, o capital em sua origem, implica a existência do dinheiro, isto é, “a existência de riqueza em forma de dinheiro [...], portanto, não se origina da propriedade da terra (embora possa derivar dos arrendatários agrícolas [...] comerciantes de produtos agro-pecuários), nem das corporações mas da riqueza mercantil e usuária” (MARX, 1991, p. 101).

A conversão da riqueza monetária em capital é determinada pela existência da oferta de força de trabalho por trabalhadores “livres”, despojados das condições objetivas de produção e submetidos a circunstâncias históricas distintas, senão na totalidade, mas necessariamente em parcialidade, dos precedentes modos de produção, permitindo “que o valor, existente como riqueza monetária, adquira, de um lado, as condições objetivas do trabalho para, do outro, lado, trocar o trabalho vivo [...] por dinheiro”. Portanto, a “formação original do capital” não está na acumulação das condições objetivas de produção, mas na forma específica como o dinheiro estabelece a relação com o trabalho e com a produção do valor de troca daí resultante. Em suma, as separações que caracterizam as relações entre trabalho e capital para tornarem-se efetivas e dominantes, “terão de desenvolver-se não apenas localmente, mas em grande escala” (MARX, 1991, p. 102-103).

Nesse sentido, pode-se argumentar que a propriedade capitalista da terra consiste em uma forma específica de propriedade, distinta das formas anteriores, mas as contendo como condição originária. No capitalismo, a propriedade da terra apresenta-se, num primeiro momento, como antítese do capital, pois não consiste em “uma fonte da qual brote valor, [...] nem tampouco é uma fonte da qual brote mais-valia [...] Mas essa propriedade é uma fonte de renda [...] uma imposição para receber trabalho não pago” (MARX apud ROSDOLSKY, 2001, p. 45). A propriedade privada permite, então, ao seu proprietário a obtenção de mais-valia da qual não participa, necessariamente, de sua criação.

Desse modo, o constituir-se como “essência tensa da propriedade privada”, negação da própria fruição do homem como ser genérico, o trabalho apresenta-se não somente alienado em relação ao produto e ao produtor direto, como gera no interior das relações humanas as mesmas metamorfoses antitéticas das mercadorias. O trabalho vivo, produtor de valor de uso deve, para

realizar-se, produzir o seu oposto, o trabalho morto (trabalho abstrato) para que dessa forma o valor assuma a sua existência autônoma frente ao trabalho e, dessa maneira, o desvalorize na mesma proporção em que cria mais valor.

A geração da renda fundiária (monopolista, absoluta e diferencial I e II) fora interpretada por Marx, nos *Grundrisse*, como o único caso em que o capital produz um valor distinto de si mesmo. Por isso, tal forma de propriedade privada da terra se dá de modo específico no capitalismo e a sua existência universal implica necessariamente a destruição de todas as formas anteriores de propriedade da terra. Contudo, há, de acordo com Marx, uma “transição do capital à propriedade da terra”. Essa transição deve ser analisada tanto dialética quanto historicamente. Do ponto de vista da dialética, as condições naturais são apropriadas pelo capital como condições de produção de mercadorias, portanto, como gerador de renda que pode ser incorporada no valor de troca.

Além da teoria da renda fundiária, Marx analisa a “transição da propriedade da terra ao trabalho assalariado”, considerando a propriedade da terra como produto e antítese do capital e, ao mesmo tempo, como geradora de renda em dinheiro, convertendo as atividades diretamente ligadas ao uso do solo em modalidades de produção capitalistas subordinadas as determinações da valorização do valor e, conseqüentemente, das sucessivas separações que lhes são inerentes. “A transição”, segundo Marx, “está implícita no fato de que a propriedade da terra é produto do capital” (MARX, 1964, p. 126).

De acordo com Rosdolsky (2001, p. 48), o que Marx procura discutir é a própria estrutura de sua obra, de modo que a “investigação das relações recíprocas entre essas categorias”, em suas formas puras, “podem ser deduzidas das relações do próprio capital. Só então se pode tratar da moderna propriedade da terra, como criação do capital [...]”.

Vale ressaltar, em relação ao argumento de Rosdolsky, que os estudos realizados por Marx acerca do movimento geral do capital, da gênese da propriedade capitalista da terra e da transição para o trabalho assalariado, e que antecedem aos *Grundrisse*, apresentam notas críticas sobre a alienação do trabalho humano com a efetivação da propriedade privada e das formas de fetichismos da mercadoria e do dinheiro. Os *Cadernos de Paris* e *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* trazem, por exemplo, reflexões essenciais para a construção do método de Marx na interpretação e na elaboração da crítica a economia burguesa.

Grespan (2011, p. 24-25) assevera, no entanto, que “a propriedade se apresenta assim estabelecida antes pelo Direito do que por relações puramente econômicas, ligadas ao uso dos meios de produção e da força de trabalho”, a repartição da mais-valia, neste caso, não se efetiva

“por intermédio da equalização”, mas, sobretudo, pelo fato de a propriedade privada estar contida “dentro do próprio conceito de capital”. Neste caso, é a expressão jurídica das relações estabelecidas pela sociabilidade do capital que determina “o princípio central da propriedade privada se põe claramente à mostra”.

Em suma, a renda monopólio diz respeito à propriedade dos elementos e atributos naturais presentes no espaço que, ao passo que se transformam, sob a ótica do capital, em meios de produção tornam-se objetos de uso monopólico com a possibilidade de extração de renda absoluta. Nota-se, no Livro III de *O Capital*, que a partir da relação com os juros que Marx pode chegar próximo a formulação do preço da terra ou de seus recursos naturais. Finalmente, como diz Reichelt (2013, p. 131), “para Marx [...] o capital só pode existir sob o pressuposto da propriedade fundiária”

Marx fornece um exemplo sobre esse aspecto:

Onde quer que forças naturais possam ser monopolizadas e proporcionem um lucro extra ao industrial que as explora, seja uma queda-d água, uma mina rica, águas com abundância de peixes, seja um terreno para construção bem localizado, a pessoa cujo título sobre uma parte do globo terrestre a caracteriza como proprietária desses objetos naturais subtrai esse lucro extra, na forma de renda, ao capital em funcionamento. (*O Capital – Livro III*, 2017, p. 833).

Diante do exposto até aqui, pode-se afirmar que a propriedade privada da terra, se torna a categoria fundamental ao entendimento do processo de valorização capitalista do espaço. A existência do espaço-mercadoria está, assim, condicionada as determinações impostas pela propriedade capitalista da terra, conferindo-lhe mediante um preço, o seu valor de troca. Somente sob esta condição de mercadoria é que se pode analisar, a partir das categorias mencionadas, a valorização capitalista do espaço. Neste aspecto, deve-se distinguir a valorização capitalista *do* espaço e a valorização capitalista *no* espaço. A primeira situação refere-se aos atributos naturais do espaço que foram transformados, na ótica do capital, em recursos naturais. São, portanto, atributos naturais que não possuem valor, mas possuem preço.

A segunda situação pressupõe a incorporação de valor ao solo, isto é, trabalho vivo incorporado ao solo. Neste caso, o capital opera de forma seletiva, mediante concentração e centralização, produzindo, ao mesmo tempo, a diferenciação espacial com mudanças de localização, a divisão social e territorial do trabalho e a segregação sócio-espacial na cidade e no campo.

No segundo caso, Marx demonstra que “o capital pode ser fixado à terra, a ela incorporado, em caráter mais ou menos transitório [...] e em caráter mais ou menos permanente,

como acontece com os canais de drenagem, obras de irrigação [...] etc”. nos Grundrisse Marx denominou “o capital incorporado à terra de capital-terra” (1984, p. 711). São essas diferenças que nos interessa analisar adiante, uma vez que nos permite fazer a distinção entre a renda monopólio e o juro que deriva do capital fixo incorporado ao solo.

Moraes escreve que “o movimento da valorização do espaço é captável em sua essência através do jogo dialético entre o valor contido e o valor criado nos lugares”. (1984, p. 84). Desse modo, a produção social do espaço aparece como o pressuposto de sua valorização e da acumulação de trabalho incorporado ao solo como parte da composição orgânica do capital, transformando-se, sob a lógica de valorização do valor, o espaço em condição de produção e, ao mesmo tempo, em força produtiva. A especificidade dessa dupla condição se dá somente sob as determinações do modo de produção comandado pelo capital. Mesmo porque, a existência da propriedade privada da terra coloca-se, num primeiro momento, como barreira ao capital. A superação dessa barreira é, entre outras formas, a transformação do objeto destituído de valor de troca em algo que possui preço, portanto, valor de uso e valor de troca e, sob essas condições, o proprietário da terra é agraciado com uma renda. Se, na primeira situação, onde ocorre a valorização *do* espaço torna-se possível a extração de renda absoluta, na segunda, com a valorização *no* espaço, abre-se a possibilidade para a apropriação de lucro.

Interessa-nos, neste artigo, a segunda situação mencionada. O processo de incorporação de trabalho humano ao solo, produzindo formas espaciais que se tornam objetos de apropriação do capital como meio adicional de conservação e valorização do valor. Verifica-se neste processo de fixação de valor ao solo e, ao mesmo tempo, de apropriação das formas espaciais produzidas, a coexistência das relações sociedade-espaço no âmbito do capitalismo, de um lado, e a especificidade das relações espaço-valor, de outro.

Nessa perspectiva de análise abre-se a possibilidade de entendimento da constituição histórica de processos que, de modo geral, consubstanciam as relações sociedade-espaço e, a partir das sucessivas separações entre o produtor direto e as condições materiais de produção, como decorrência da universalização da propriedade privada da terra e das contradições internas (inerentes à lógica de valorização do valor), na produção do espaço-mercadoria.

Assim, a partir das condições produzidas socialmente pela propriedade privada da terra e pelas formas subsumidas pelo capital,

o próprio espaço torna-se objeto de troca. Nesse caso, mais do que valor do espaço, define-se uma circulação abstrata (transação imobiliária) que o retém como veículo. No mercado de trocas, a terra ou o imóvel não serão transacionados pelo valor do espaço em si, mas pelo valor que lhe é atribuído segundo a lógica da circulação [...]

Assim, o valor no espaço diz respeito ao próprio espaço no processo de circulação (MORAES, 1984, p. 131).

A determinação do valor de uso do espaço-mercadoria deriva da própria produção material objetivada pelo trabalho socialmente necessário e incorporado ao solo. A sua metamorfose em valor de troca, no entanto, somente se realiza na circulação sob a forma de espaço abstrato, pois esta constitui a condição de manifestação do valor nele contido. A realização da mais-valia existente nas formas espaciais ocorre, então, na transação de compra e venda, como em qualquer outra mercadoria. Porém, é o uso social das formas espaciais para fins de acumulação de capital que constitui a condição de realização da mais-valia. A concorrência no mercado imobiliário e financeiro, os aspectos específicos relacionados à localização e a intensidade de fluxos de bens, de pessoas e etc., não alteram necessariamente suas formas e o valor nelas contido, mas modificam-se os processos sociais que lhes atribuem novos usos e, portanto, novas relações de que participa tanto como condição de produção, quanto força produtiva.

Dado o caráter peculiar do espaço-mercadoria, a questão que se levanta, então, diz respeito ao modo de transformação do valor contido no espaço-mercadoria em sua expressão monetária: o preço. Se as mercadorias são, necessariamente, vendidas pelos seus respectivos valores e, conseqüentemente, o preço constitui a sua expressão monetária, com o espaço-mercadoria não poderia ser de outra forma. Contudo, devem-se levar em consideração outras categorias que *aparecem* como externas à sua produção: a renda e o juro. O valor do espaço-mercadoria corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção, mas o elemento *especulação* somado ao da velocidade da circulação do valor incorporado ao solo, dependem da magnitude da renda que pode ser apropriada e esta depende, em certas circunstâncias, do juro. O preço, portanto, pode elevar-se, de modo inteiramente fictício, acima do valor nele contido desde que as formas de repartição da mais-valia permitam a especulação estabelecer uma taxa de juros que faz com que a renda seja superior ao seu valor real, ou seja, o tempo de trabalho incorporado ao solo.

Nesse sentido, sob a condição de propriedade capitalista, a terra que em si não possui valor algum, pois não é resultado do trabalho humano, adquire preço e, nesta condição, possibilita a apropriação de renda e, como visto acima, do lucro. Porém, para avançar a nossa análise nesta direção, temos que levar em consideração a crescente complexidade das categorias marxista do valor e suas formas de manifestações históricas e geográficas. Assim, coloca-se a necessidade de analisar a relação entre capital fixo, em seu modo específico de circulação, e os processos de valorização no espaço.

2 Capital Fixo e Valorização Capitalista no Espaço

A segunda seção consiste, como visto acima, na análise específica a respeito da peculiaridade das formas de circulação do capital fixo como qualificativo do processo de valorização capitalista do espaço, através da conexão entre renda fundiária, juro e sistema de crédito e capital monetário.

Para realizar a análise da geografia histórica do processo de valorização capitalista do espaço, partimos da transformação social do trabalho incorporado ao solo em capital fixo, tendo como condição precedente a universalização da propriedade privada da terra.

No Livro II de *O Capital*, Marx argumenta que,

a determinação que confere o caráter de capital fixo a uma parte do valor de capital investido em meios de produção repousa exclusivamente no modo peculiar como esse valor circula. Esse modo próprio [...] deriva do modo próprio como o meio de trabalho transfere seu valor ao produto ou de seu comportamento como elemento formador do valor durante o processo de produção [...] Se um meio de produção, que não é um meio de trabalho em sentido próprio – por exemplo, material auxiliar, matéria-prima, produto semifabricado etc. –, comporta-se como meio de trabalho em relação à transferência de valor e, por conseguinte, ao modo de circulação de seu valor, ele é também suporte material, forma de existência do capital fixo (2014, p. 242-243).

Deve-se considerar, entretanto, que a distinção real e formal do capital fixo e do capital circulante, diz respeito aos modos diferenciados de transferência de valor do capital para o produto, ou seja, a reposição parcial ou total do valor total do capital num dado ciclo de produção. A segunda seção do Livro II de *O Capital* mostra que as categorias capital fixo e capital circulante expressam funções sociais específicas de modo a garantir a realização da transferência de valor. Ocorre, no entanto, que na medida em que cessa essa função específica em relação a um determinado processo produtivo e, posteriormente, reveste-se com uma nova função, o capital fixo adquire, igualmente, uma nova forma de circulação.

Apoiado nos *Grundrisse*, Harvey apresenta a distinção básica entre capital fixo e capital circulante, sob a seguinte argumentação:

Em primeiro lugar, o capital fixo pode ser distinguido do capital circulante pela maneira em que seu valor é transmitido ao produto final. Diferentemente do capital constante, que funciona como matéria-prima, os elementos materiais que compõem o instrumento de trabalho não são fisicamente reconstituídos no produto final. O valor de uso da máquina permanece inferior depois que o processo de produção é completado. Na medida em que a máquina se desgasta, o capital fixo é inteiramente consumido dentro do processo de produção e nunca retorna à esfera da circulação. Não obstante, o valor do capital fixo circula fragmentando, na proporção em que ele passa daí ao produto final (HARVEY, 2013, p. 284).

Marx já havia observado a diferença entre a forma simples da renda monopólio mediante a propriedade da terra e a forma composta do juro do capital fixo extraída do trabalho incorporado ao solo em construções, edifícios e etc. No Livro III de *O Capital*, quando analisa a “conversão do lucro suplementar em renda fundiária”, Marx argumenta que o caso das construções e benfeitorias realizadas são importantes, em primeiro lugar,

[...] porque esclarece a diferença entre a renda fundiária propriamente dita e o juro do capital fixo incorporado ao solo, juro que pode crescer a renda fundiária [...] Segundo, porque mostra como o capital alheio incorporado ao solo passa com este às mãos do proprietário e assim o juro cresce a renda dele (2017, p. 713-714).

Nos *Grundrisse* Marx apresenta as funções específicas do capital fixo que poderá contribuir com o desenvolvimento da análise aqui empreendida. Na interpretação de Marx o espaço aparece como *condição geral de produção* e, ao mesmo tempo, como *força produtiva*. São, portanto, as peculiaridades das formas de fixação do valor com a incorporação do trabalho social ao solo e o seu modo específico de circulação como capital fixo. O argumento de Marx é de que,

[...] a circulação sucede no espaço e no tempo [...] Ele [o espaço] não constitui um momento necessário da circulação, considerada como processo particular do valor, pois um produto pode ser comprado e mesmo consumido no seu local de produção. Todavia, esse *momento espacial* é importante, na medida em que a extensão do mercado, a possibilidade de troca do produto, está relacionada com ele. A redução dos custos dessa circulação real (no espaço) faz parte do desenvolvimento das forças produtivas pelo capital, diminuição dos custos de sua valorização [...] De qualquer modo, aqui aparece a determinação desse momento pelo grau geral de desenvolvimento das forças produtivas e pela produção fundada sobre o capital. Esse momento espacial [...] poderia ser mais precisamente considerado como transformação do produto em mercadoria (MARX, 2011, p. 440-441).

Por um lado, a distribuição espacial da infra-estrutura de transporte e circulação, corresponde a uma dada lógica de localização estabelecida pelo capital produtivo no movimento de “anulação do espaço pelo tempo” e, desse modo, constitui uma determinação específica das funções do capital fixo autônomo no processo de produção e circulação, daí “esse *momento espacial* [...] poderia ser mais precisamente considerado como transformação do produto em mercadoria”.

Por outro lado, mediante a condição de propriedade privada da terra, a incorporação de trabalho ao solo, tanto trabalho vivo quanto trabalho abstrato, isto é, valor, permite, à medida do desenvolvimento das categorias do capital, a transformação das funções do capital fixo autônomo em meio para realizar a apropriação de parte da mais-valia total, cuja aparência imediata é a renda, mediante a circulação de títulos de propriedade no mercado financeiro.

Afinal, como Marx escreve no Livro III de *O Capital*, “qualquer que seja a forma específica da renda fundiária, todos os seus tipos têm de comum: o apropriar-se da renda é a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária”. Além disso, “toda renda fundiária é mais-valia, produto do trabalho excedente (1984, p. 127-128). Portanto, “segue-se daí que, suposta a renda fundiária magnitude constante, o preço da terra pode variar na razão inversa da variação da taxa de juro” (MARX, 1984, p. 715-716).

A partir dessa dupla função do capital fixo pode-se examinar a dialética do processo de valorização no espaço tanto no âmbito das forças produtivas quanto nas formas de circulação do espaço-mercadoria, tanto no processo de produção quanto no ciclo de rotação do capital financeiro sob a figura de capital fictício. Sobre esse processo em que está envolvido as relações entre o capital fixo e o sistema monetário, Marx (1984) apresenta a seguinte argumentação:

A renda fundiária só pode desenvolver-se como renda monetária no sistema de produção de mercadorias, mais precisamente na produção capitalista, e se desenvolve na mesma medida em que a produção agrícola se torna produção de mercadorias; portanto, na mesma medida em que produção não-agrícola possui em relação à agrícola desenvolvimento autônomo, pois é medida desse desenvolvimento que o produto agrícola se torna mercadoria, valor-de-troca e valor. A produção de mais-valia e de produto excedente aumenta na mesma medida em que, com a produção capitalista, a produção de mercadoria cresce e por conseguinte a produção de valor. e na mesma medida em que aquela aumenta, desenvolve-se a capacidade da propriedade fundiária de apoderar-se – em virtude do monopólio sobre a terra – de parte crescente da mais-valia, e de elevar por isso o valor da sua renda e o próprio preço do solo (p. 731-732).

A rotação do capital, considerada em múltiplas escalas geográficas (local, regional, nacional e internacional), sempre em busca das condições para a sua reprodução ampliada e realização do excedente, ou da mais-valia, caracteriza-se, essencialmente, como um processo de concentração e centralização do capital e se manifesta em formas de *desenvolvimento desigual e combinado*, definindo e redefinindo, continuamente, as escalas geográficas em suas magnitudes de abrangência e amplitudes relativas de coexistência de formas pretéritas (rugosidades) com movimentos presentes ou potenciais.

Todavia, a análise desse processo coloca, igualmente, a exigência em demonstrar o papel do Estado, a formação do sistema de crédito e a esfera de circulação do capital financeiro. Pois, à medida que a lógica da reprodução intensifica “a concentração geográfica, mais imperiosa [...] é a ação do Estado na formulação de políticas de espaço [que viabilizem] os processos de circulação do capital” (SEABRA, 2009, p. 417).

Vale acrescentar, no entanto, que na concepção de D. Harvey, o Estado se apresenta como a “entidade política” que opera, no nível das organizações

institucionais, a realização da efetiva subordinação das “forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajosas para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito”, ou seja, uma aparente razão universal do poder que opera em defesa de interesses privados da acumulação de capital. Contudo, o autor ressalta que a acumulação primitiva analisada por Marx constitui, ainda hoje, um vigoroso processo em curso e que possui um conjunto de características que permite elucidar as formas contemporâneas de *acumulação por espoliação*, “fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias [...] O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram [...] grandes trampolins de predação, fraude e roubo” (HARVEY, 2014, p. 121-122).

Um aspecto importante da função do capital fixo autônomo refere-se a sua oposição, como propriedade privada, à lógica interna do capital em seu movimento de reprodução ampliada. O fato de o ciclo de duração do capital fixo não corresponder, necessariamente, ao ciclo de rotação do capital em sua totalidade, torna-se necessário uma nova forma social do capital – o sistema de crédito, o juro e a renda fundiária. Em suma, o capital em sua forma-dinheiro desenvolvida (capital fictício), altera a relação valor-espço, por conseguinte, modifica todos os elementos que participam do processo de valorização no espaço. Além disso, a divisão dos fixos em relação ao seu consumo produtivo ou improdutivo alteram, igualmente, as suas funções tanto na produção e na circulação, como nas relações de troca (MORAES, 1984).

Pode-se concluir, de acordo com Harvey, que “o capital fixo não é uma coisa, mas um processo de circulação do capital através do uso de objetos materiais [ele] não pode ser definido independentemente do uso que é dado aos objetos materiais (2013, p. 282-283); ou ainda melhor, os objetos são definidos como capital fixo, *não pelo seu modo determinado de ser, mas por seu uso* (MARX, K. *O Capital*, Livro II, 2013, p. 210).

3 Considerações Finais

A análise do processo de valorização capitalista do espaço a partir da perspectiva das categorias da teoria marxiana do valor, coloca em evidência a dialética das relações entre espaço e valor, as contradições entre capital e trabalho e as formas de repartição e apropriação da mais-valia mediante a renda e o lucro. Considerado em sua totalidade, esse processo constitui a base da geografia histórica do capitalismo. Nesse sentido específico, há uma prévia condição para que o processo de valorização no espaço se torne efetivo: a implantação da propriedade privada da terra. “A história do capitalismo nada mais é, nesse sentido, que um processo histórico de

privatização crescente de porções da superfície terrestre e de tudo o que ela contém” (MORAES; COSTA, 1984, p. 159-160).

A questão relativa a propriedade capitalista da terra, como vista na primeira seção deste artigo, permitiu-nos apresentar, ainda que de modo sucinto, não somente as determinações que derivam dessa condição fundamental para o estabelecimento de mecanismos ideológicos e fetichistas à reprodução social do capital mas, sobretudo, a condição essencial de conceitualização do espaço-mercadoria no movimento histórico e geográfico do valor e suas formas de autovalorização, ou seja, a acumulação ampliada do capital e sua natureza expansionista.

A exposição das categorias renda fundiária, capital fixo, capital circulante, juros, sistema de crédito e capital monetário, na perspectiva do processo de circulação permitiu-nos, igualmente, analisar as formas de circulação do valor contido no espaço e sua cristalização tanto como condição de produção quanto força produtiva sob o comando da lógica seletiva do capital. Em suma, a análise do espaço como conteúdo de valor de uso e valor troca, isto é, como mercadoria torna-se possível somente sob a especificidade histórica das relações capitalistas. As formas de produção e valorização do espaço como condição de acumulação somente tornam-se compreensíveis à luz das contradições ontonegativas do valor e do nível de abstração das categorias que servem de mediação às formas de concreção das relações sociais de produção.

Em relação aos conceitos de valorização do espaço, valorização capitalista no espaço, o ensaio de Moraes e Costa (1984), procura, então, o delineamento do objeto em sua existência histórica e em sua concretude espacial. Nesse sentido, faz-se necessária a distinção entre “valor no espaço” e “valor do espaço”. Antes, porém, deve-se argumentar que a concepção de objeto está ligada a idéia de processo, portanto, a sua especificidade deriva ontologicamente de sua identidade (positiva ou negativa) com o próprio real. “A valorização do espaço, não se confunde imediatamente com outras manifestações da vida social, pois possui movimento próprio, elementos específicos que a caracterizam e resultados histórico-concretos particulares” (MORAES; COSTA, 1984, p. 122).

Com efeito, a valorização do espaço como processo universal, apresenta a sua particularidade na construção dos territórios, estabelecendo mediações dialéticas entre o universal e o singular. Com efeito, e embora a valorização do espaço apresente um caráter universal, o capital opera uma verdadeira valorização seletiva do espaço. “Se o valor do espaço é desigualmente distribuído, também o valor no espaço manifesta-se em intensidade variáveis”

(MORAES; COSTA, 1984, p. 159-160, p. 167), pois a fixação de valor ao solo não mais se caracteriza pela sua extensividade, mas pela concentração intensiva nos lugares. Vale lembrar que a concentração dos meios de produção e centralização do capital são elementos intrínsecos ao desenvolvimento da produtividade do trabalho e do capital, daí o seu caráter seletivo. Portanto, pode-se dizer que a geografia histórica do capitalismo, na perspectiva da teoria marxista do valor, permite ser traduzida como sendo o processo de valorização *do e no* espaço a partir da unidade contraditória do movimento interno do valor, constituído pelas relações capital-trabalho sob as formas de concentração e centralização do capital e da força de trabalho.

As notas e apontamentos que apresentamos neste artigo e que procuramos fazer alguns comentários e tentativas de interpretação, tiveram o intuito de trazer, a partir dos estudos empreendidos por Marx em relação à propriedade privada, trabalho assalariado, produção de mais-valor, acumulação de capital e etc., as categorias marxianas para a análise do processo histórico de valorização capitalista do espaço. As ricas contribuições teóricas de Antonio Carlos Robert de Moraes acerca da relação entre espaço, produção e valor, e, igualmente, as análises de David Harvey em torno da *acumulação por espoliação* e financeirização do território, constituem-se bases teóricas para a interpretação do “espaço-valor” ou “espaço-mercadoria”, cujas formas de espacialização do valor, em suas metamorfoses antitéticas, produzem territórios fetichizados e capital fictício.

Em relação à gênese do capital, vimos que as práticas econômicas que engendram a chamada acumulação primitiva do capital preservam, até os dias atuais, a sua lógica interna de separação entre as condições objetivas de produção e os produtores diretos, mediante o processo histórico de universalização da propriedade privada e de seu pressuposto seminal, o trabalho assalariado.

Finalmente, vale enfatizar que as categorias derivadas da teoria marxista do valor, tanto do ponto de vista histórico quanto o de sua lógica de concreção, levantam a possibilidade de análise e interpretação da unidade contraditória capital-trabalho no interior do processo de valorização capitalista do espaço, assim como a explicitação das formas sociais de fetichização do espaço geográfico e seu nexu invertido em espaço-mercadoria.

Referências

COTRIM, Ivan **Karl Marx: a determinação ontonegativa originária do valor**. São Paulo: Alameda, 2011.

GRESPLAN, J. As formas da mais-valia: concorrência e distribuição no Livro III de O Capital. Campinas: **Crítica Marxista**, nº 33, 2011, p. 9-30.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Os Limites do Capital**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. Tradução: Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARX, K. **A Origem do Capital: a acumulação primitiva**. Tradução: Walter Maia. São Paulo: Editora Fulgor Limitada, 1964.

MARX, K. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico – Livro 4 de O Capital, Volume II**. Tradução: Reginaldo Sant’anna. São Paulo: DIFEL, 1980.

MARX, K. **O Capital – Livro III, Vol. 6. – O Processo Global da Produção Capitalista**. Tradução: Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MARX, K. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. Tradução: João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução: Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, K. **Salário, Preço e Lucro**. Tradução: Eduardo Saló. Bauru: Edipro, 2004.

MARX, K. **Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. Tradução: José Paulo Netto; Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. **Grundrisse – manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Tradução: Maria Duayer e Nélio Shneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital – Livro II – O Processo de Circulação do capital**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital – Livro III – O Processo Global da Produção Capitalista**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MORAES, A. C. R. Fixação do valor e capital fixo. São Paulo: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 72, 1984, p. 83-93.

MORAES, Antonio Carlos Robert de; COSTA, Wanderley Messias da. A geografia e o processo de valorização do espaço. In: SANTOS, M. (Org.) **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da **Geografia Crítica** – a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1984.

REICHELDT, Helmut **Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx**. Tradução: Nélio Schneider. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

ROSDOLSKY, Roman **Gênese e Estrutura de *O capital* de Karl Marx**. Tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

SEABRA, Odete C. de L. Pensando o processo de valorização e a geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 66, 1988, pp. 97-103.